



Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Relações Internacionais
TCC em Formato de Artigo Científico Conforme Definido Pelo Regulamento de TCC
Projeto Pedagógico de Curso do Curso de Relações Internacionais em Cumprimento das
DCNs do Curso de Relações Internacionais (MEC/CNE)

Título do Trabalho: AS REPRESENTAÇÕES DAS AMAS DE LEITE NA ICONOGRAFIA DA COLONIALIDADE PORTUGUESA DE 1870-1912.

Nome do(a) Estudante: TALITA DE SOUZA AGOSTINI

Nome do(a) Orientador(a): PROF. DR. RODRIGO MEDINA ZAGNI

Ano de Depósito: 2021

RESUMO

Quais sentidos e significados podem ser apreendidos no discurso imagético que representa as amas de leite no neocolonialismo português? Esta indagação é o elemento motriz que conduzirá este estudo com o propósito de examinar discursos acerca da existência e condição destas mulheres no Brasil, Angola e Moçambique no final do século XIX e início do século XX. As amas de leite foram designadas e reconhecidas em corpos de mulheres pretas escravas, estas que eram compradas e vendidas para amamentar os filhos de famílias brancas proprietárias, logo seus corpos eram marcados por diversos traços de violências. Deste modo, as representações fotográficas, fundamentadas a partir de determinados discursos, constituem fontes para a análise e compreensão acerca de como as identidades culturais são construídas no âmago das sociedades coloniais a partir de dispositivos concebidos com o objetivo de delimitar diferenças e explicitar desigualdades. Atentando-se ao progresso das disciplinas na contemporaneidade, sobretudo às Relações Internacionais, pretendemos realizar uma análise contra-hegemônica e contra-discursiva a partir das Teorias Pós-Coloniais sobre os indivíduos subalternos. E, também, indagamos a existência ou a inexistência, ou a imagem edificada nas

margens, de determinados indivíduos, especificamente as mulheres pretas, no âmbito social e nas teorias e, como atores a serem analisados nos discursos das relações sociais e internacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Amas De Leite; Raça; Colonialismo; Fotografia; Crítica Pós-Colonial; Estudos Subalternos.

ABSTRACT

What senses and meanings can be apprehended in the imaginary discourse that represents wet nurses in Portuguese neocolonialism? This question is the driving force that will conduct this study with the purpose of examining discourses about the existence and condition of these women in Brazil, Angola and Mozambique in the late 19th and early 20th centuries. Wet nurses were designated and recognized on the bodies of black slave women, who were bought and sold to breastfeed the children of proprietary white families, so their bodies were marked by various traces of violence. The photographic representations based on certain speeches are sources for the analysis and understanding of how cultural identities are built at the core of colonial societies from devices designed with the objective of delimiting differences and making inequalities explicit. Due to the progress of disciplines in contemporary times, especially to International Relations, we intend to carry out a counter-hegemonic and counter-discursive analysis based on Post-Colonial Theories on subordinate individuals. Also, we question the existence or the inexistence, or the image built on the margins, of certain individuals, specifically black women, in the social sphere and in the theories and as actors to be analyzed in the discourses of social and international relations.

KEYWORDS: Wet nurse; Race; Colonialism; Photography; Post-Colonial Critical; Subaltern Studies

INTRODUÇÃO

As fotografias fizeram parte de um “colonialismo visual”, no qual foi possível cartografar os territórios coloniais e representar realidades distintas, localizadas entre a naturalização e a estranheza de seus caracteres. Sendo assim, a iconografia incorpora uma elevada relevância como modalidade discursiva com propósito de legitimação, exercício e conservação dos poderes coloniais. Engendrou-se, desta forma, como uma das estratégias de manifestação ideológica que moldaram o imaginário dos indivíduos da Europa Ocidental em relação às sociedades e territórios no mundo colonial. Em vista disto, houve a ampliação e popularização de conceitos como “raça” e “cultura” nas sociedades ocidentais, mediados pela difusão da fotografia, que caracterizou, primeiro, os aspectos físicos e, em seguida, a cultura, a religião, o ecossistema, e consequentemente tornou o “Outro”, ou seja, aqueles pelos quais as características físicas, tradições e ideias diferem das ocidentais, como objeto de estudo pela sua “exoticidade”, conforme demonstrou Edward Said (1996).

No período colonial português, grande parcela das mães pretas eram transferidas para a morada de seu proprietário para amamentar o recém-nascido branco e cuidar desta criança em tempo integral, enquanto o seu próprio filho raramente possuía acesso ao leite materno e era cuidado por outras mulheres escravas que o nutriam com leite animal não pasteurizado, o que contribuía para o alto número de óbitos, enquanto aqueles que sobreviviam eram doados ou abandonado meses depois (CARNEIRO, 2006). Portanto, o direito à maternidade para essas mulheres era negado e seus corpos sofriam violências em diversos níveis: simbólica, psicológica, física, moral e sexual.

Por isso, neste estudo pretendemos apreender e problematizar os sentidos e significados apensos às representações das amas de leite, produzidas no mundo colonial e que circularam nas potências metropolitanas do sistema colonial português, pois na época abordada deste estudo (1870 - 1912) e a posteriori, os acontecimentos não foram debatidos com profundidade pelas teorias dominantes, e havia poucos esforços para identificar o fotógrafo e suas referências empregadas nos seus retratos, o mesmo para referir possibilidades de análise de seu discurso imagético.

Deste modo, o estudo propõe recuperar a voz e a representatividade para aquelas duplamente marginalizadas e que durante a história foram restritas à subordinação do poder hegemônico ocidental e, portanto, são silenciadas e estereotipadas de modo a reforçar sua condição de subalternidade. Nesta perspectiva, o trabalho propõe um espaço de enunciação destes sujeitos postos à margem das estruturas de poder, além da contestação das narrativas

hegemônicas que deterioram as mulheres pretas colonizadas, no caso em específico: as amas de leite. Com isto, a contribuição acadêmica que pretendemos é da compreensão das funções sociais dessas imagens no amálgama das relações de poder que, desde a estrutura econômica e a superestrutura político-ideológica, dotam o discurso imagético e coerência e, sobretudo, de função social, visando preservar o poder/saber das classes dominantes sobre os povos colonizados, devido a sua raça e gênero, e conseqüentemente, extingue a representatividade nas potências metropolitanas do sistema colonial português. Nesse sentido, além de entender estas mulheres na divisão do trabalho social, o estudo busca recuperar as vozes silenciadas e estas adentrarem no campo da História das Relações Internacionais.

Nesta pesquisa serão utilizados dados secundários por meio de materiais anteriormente publicados para levantamento de informações e dados, além disso, consideramos importante ressaltar que o estudo pretende fazer uso e análise sobretudo de fontes visuais, pois a representação fotográfica colonial contribuiu para configurar e construir a experiência coletiva e individual, dada a sua capacidade de conduzir os modos/meios coloniais de enxergar o mundo. As fontes visuais oferecem ao historiador monumentos do passado/presente, concedendo-lhe rever este momento sob uma nova ótica, permitindo decifrar novos signos e possibilitando questionar os modos como estas sociedades concebiam seu cotidiano. A fotografia além de ser um “resíduo” do passado, torna-se um testemunho visual, visto que uma série de dados e informações podem ser revelados e que em tempo algum foram mencionados pela linguagem escrita (BOURDIEU, 1990); (KOSSOY, 2012).

O estudo está dividido em cinco seções. A primeira seção realiza um panorama geral do Império Português no período estudado e aborda a incoerência contida no discurso da abolição da escravidão, verificando a natureza das mudanças havidas no regime escravocrata. A próxima seção revela como a colonialidade do poder/saber potencializa as estruturas hegemônicas e como a hierarquia racial promoveu a inclusão ou exclusão de indivíduos à tessitura social vigente. Posteriormente, apresenta-se elementos da Teoria Pós-Colonial e seus estudos subsequentes com a finalidade de analisar tensões resultantes entre centro-periferia e opressão de elites coloniais contra classes alijadas das estruturas de poder, a fim de desenvolver novos entendimentos das formas simbólicas da colonialidade portuguesa, cujas estratégias de poder marginalizam os indivíduos. Para isto, iremos destacar autores provenientes do Sul global como: Gayatri Spivak, Edward Said, Stuart Hall, entre outros, com o objetivo da promoção dos conhecimentos e discursos dos países periféricos. Em sequência, iremos analisar como as fotografias auxiliaram na formação de identidades, ideologias, práticas sociais, e etc. E por fim, iremos examinar com base em imagens das amas de leite como estas eram representadas e quais

perspectivas pode-se obter a partir destas iconografias, utilizando a Teoria Pós-Colonial para fomentar a problematização.

A INCONGRUÊNCIA A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO TERCEIRO IMPÉRIO PORTUGUÊS

O período definido como “Terceiro Império Português¹” é compreendido entre o início do século XIX até o final do século XX. No início do século XIX, o Império era economicamente favorável, devido ao amplo fluxo de mercadorias provenientes de uma vasta rede comercial, pelo qual abrangia colônias na África, Brasil e no Oriente. O comércio brasileiro assegurava o fornecimento de bens primários para as colônias e a reexportação destas mercadorias para a Europa, desta forma, o papel de outros domínios se tornavam complementar, devido ao aporte que podia prestar a essas relações. O comércio direto entre as colônias africanas e a metrópole eram estabelecidas em um segundo plano, na qual a atividade econômica principal era o tráfico de escravos que eram efetuados nos portos brasileiros. Estas relações proporcionavam para os portugueses os lucros do comércio escravista e das outras mercadorias provenientes das colônias, conforme menciona Valentim Alexandre (1998, p. 24): “(...) o controlo da reexportação para a Europa dos produtos coloniais permitia a Portugal beneficiar das mais-valias geradas no conjunto dos circuitos”. O Império era extremamente relevante para diferentes setores da sociedade portuguesa, principalmente em relação ao campo econômico, mantendo-se incumbido em cinco âmbitos centrais da vida do Estado: concebia a maior parte das receitas do Estado, por meio das alfândegas, arrendamentos, tarifas indiretas e monopólio; designava as premissas para o comércio de reexportação, isto é, o posicionamento português como entreposto e empório de produtos para o continente europeu; promovia o escoamento da sua produção em melhores circunstâncias para o ultramar; garantia bens primários e produtos agrícolas para a indústria nacional; assegurava o deslocamento de excedentes de capitais e outros rendimentos e lucros das produções originárias das colônias para a metrópole.

No ano de 1882, ocorreu a Independência do Brasil, gerando enorme descontentamento para Portugal, pois o território era considerado a fortaleza do Império, devido as enormes

¹ O Império Português foi o primeiro de âmbito global da história, considerado o mais antigo dos impérios coloniais europeus modernos. No século XV, o país lusitano se tomava o primeiro império colonial com domínios em quatro continentes, a partir da conquista de Ceuta, ocorrida em 1415. Durante o período do Primeiro Império Português (1415-1580), o expansionismo português foi pautado, inicialmente, na esfera militar e evangelizadora, e após isto, pelos interesses comerciais, ampliando a cadência das conquistas, domínios e navegações que decorreu até o final do Império.

riquezas e recursos advindas destas terras. Com isto, os portugueses intensificaram a expansão territorial da África², tendo que enfrentar potências européias, principalmente a britânica, alemã e francesa, para preservar o restante do seu fragmentado domínio: as colônias nas Índias, Timor-Leste e Macau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, as costas da África Ocidental (posteriormente Guiné e Angola) e Oriental portuguesas (posteriormente Moçambique).

O Estado imperial português defrontou com os britânicos a questão do tráfico internacional de escravos, pelo qual a Inglaterra combatia esta prática desde o início do século XIX, e seguia defendendo pelo desaparecimento em outros países perante sua influência. Entre 1838 a 1842, diversos navios negreiros foram detidos pela Marinha britânica, ocasionando no aumento da coação, e colocando o Império em sérias dificuldades. Sendo assim, os portugueses declararam o fim do tráfico negreiro na África no ano de 1842³, e após ser pressionado pelo governo britânico, aboliu a escravidão, proibindo o comércio de escravos e libertando todos os que restavam em 1869. Enquanto no Brasil, a abolição foi lenta e gradual. Iniciando-se em 1831, proibindo a entrada de africanos escravos no país a partir da Lei Feijó, porém, o código estabelecia duas exceções para o tráfico internacional de escravo, possibilitando a entrada de alguns escravos pelos portos⁴. O tráfico somente foi suprimido, em definitivo, no ano de 1850, pela Lei Eusébio de Queirós. E, tardiamente, no ano de 1888 foi promulgada a Lei Áurea, abolindo a escravidão no país:

“LEI Nº 3.353, DE 13 DE MAIO DE 1888. (...) Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário. Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.” (BRASIL, 1888)

Mas a escravidão foi extinta após a promulgação de leis abolicionistas nas colônias? Houve a transição do trabalho escravo para o trabalho livre? Posteriormente a “abolição”, houve a inserção de um modelo de trabalho forçado como mero substituto do escravagismo, e não

² No século XIV e XV, as especiarias oriundas do Oriente, vislumbravam o mercado europeu, e a partir disso os portugueses investiram em uma nova rota para obtê-las com monopólio, realizando o contorno do continente africano, caminho este que nunca tinha sido feito por outras embarcações comerciais e era praticamente inexplorado, levando mais de um século para se concluir. Todo esse tempo proporcionou muitos ganhos para o país lusitano, pois extraíram múltiplos produtos e escravos, e desta forma os lucros passaram a ser provenientes do continente africano e algumas especiarias do Oriente até a “descoberta” do Brasil.

³ Há indícios que o tráfico de escravos continuou a partir da capital angolana até os finais da década seguinte à abolição, e após patrulhas britânicas o tráfico teve sua rota alterada e começou a partir do sul e norte da colônia portuguesa na África. (FERREIRA, 1999)

⁴ BRASIL, Lei nº 3.249, 7 de novembro de 1831. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html

necessariamente se demonstrou mais brando em comparação com o trabalho escravo, pode-se dizer que se tratava de uma “forma de escravatura” e, obviamente, de uma situação de servidão. A partir de 1888, os colonos brancos se apoiaram no uso da força do trabalho forçado africano para a implantação de companhias portuguesas, e até mesmo estrangeiras, sem o intuito de proletarizar as massas, para assim obter maior rentabilidade com a mão-de-obra (ZAMPARONI, 2007). No Brasil, apesar do decreto da Lei Áurea proibir a servidão, ou seja, qualquer tipo de trabalho que se assemelhe a “escravatura”, havia cláusulas sobre a “vadiagem” que perpetuou até 1926, pelo qual os “vadios” deveriam ser submetidos ao dever moral e legal do trabalho, e seu descumprimento poderiam desencadear em imposições compulsórias das autoridades públicas⁵.

O Código do Trabalho Indígena das Colônias⁶, promulgada no final do século XIX, define como “trabalho” quem exerce um ofício que auferir rendimentos necessários para sua sobrevivência e de seus beneficiários, ou quem possuísse bens suficientes para esta mesma finalidade, podendo ser considerado como bens: terras, gados, ou outros recursos valiosos, porém, poucos indígenas detinham de tal riqueza. Neste contexto, destacamos que eram considerados indígenas: “os indivíduos de raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, não se distingam do comum daquela raça”⁷ (PORTUGAL, 1929), ou seja, se não houvesse rompimento com as tradições e cultura da raça negra, não falar português, ou não desempenhar uma profissão, era considerado um indivíduo indígena. O Código do Trabalho Angolano de 1899, declara, ainda, que o ofício deve ser compatível com o padrão de civilização europeia, ou seja, aqueles que não exerciam uma profissão regulamentada ou não possuíam bens suficientes, não eram considerados “trabalhadores”, logo eram caracterizados como “vadios” e “indígenas”, e eram submetidos ao trabalho forçado. Nesta circunstância, a escravatura ainda se condicionava nas colônias portuguesas, e os escravos eram obrigados a trabalhar e a pagar para os proprietários pelo ato, pois para os patronos, os escravos consumiam mais do que produziam (LAW, SCHWARZ & STRICKRODT, 2013).

⁵ “Todos os indígenas das províncias ultramarinas portuguesas são sujeitos à obrigação, moral e legal, de procurar adquirir pelo trabalho os meios que lhes faltem, de subsistir e de melhorar a própria condição social. Têm plena liberdade para escolher o modo de cumprir essa obrigação; mas, se a não cumprem de modo algum, a auctoridade pública pôde impor-lhes o seu cumprimento.” Decreto de 9 de novembro de 1899. Regulamento do Trabalho Indígena. Diário do Governo n. 262, de 18 de novembro de 1899, p. 647-653. Ver Regulamento do Trabalho Indígena. (PORTUGAL, 1899)

⁶ Para melhor entendimento, o Estatuto pode ser lido através deste link: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=BGC/BGC-N054&p=149>

⁷ Estatuto Político, Civil, Criminal dos Indígenas. Decreto n.º 16.473, de 6 de fevereiro de 1929. In: Ministério das Colônias. Lisboa: Imprensa Nacional, 1929. (PORTUGAL, 1929)

Os homens escravos eram colocados em ofícios de engenho exercendo uma jornada de trabalho de mais de 20 horas em condições extremamente precárias, ocasionando em alto índice de mortalidade. Enquanto a força de trabalho feminino negro esbarrava, também, em diversas barreiras, sendo substancialmente empregadas em casas ou fazendas em atividades de produções domésticas, nos comércios locais, e em plantações, fornecendo rendimentos exclusivamente para os donos locais. Segundo Saffioti (2013, p. 528), “(...) oferecendo-lhes as posições subalternas e menos compensadoras, as corporações de ofícios, mais do que a economia agrária da época medieval, [o sistema colonial] conduz o processo de marginalização da mulher do sistema produtivo a uma etapa mais avançada”.

Logo, nota-se o assentamento no tocante a divisão social e sexual do trabalho, ou seja, o método como sujeitos de diferentes classes, raças e gêneros se organizam em uma determinada sociedade para assegurar a produção e a reprodução cotidiana, indicando diretamente, os papéis sociais que mulheres e homens, ricos e pobres, brancos e pretos, desempenham em uma sociedade. Em “*O Capital*”,⁸ Karl Marx (1988) argumenta que o exercício do trabalho é sempre estabelecido em condições históricas e socialmente construídas, e a capacidade de produção procedente do trabalho sempre esteve subordinada às relações sociais definidas. Portanto, cada modo de trabalho na história funda uma forma de produção particular, e a divisão social e sexual do trabalho é conduzida através de uma hierarquia das relações de poder ancoradas nas desigualdades econômicas, culturais, raciais, e entre os gêneros, inserindo determinados indivíduos na condição de subalternidade.

COLONIALIDADE DO PODER/SABER, HIERARQUIZAÇÃO DOS SUJEITOS E RACISMO

Para entendermos como e por quê as mulheres pretas foram, e até a contemporaneidade são representadas da forma pela qual conhecemos, é necessário analisarmos o processo histórico que emergiu esta concepção. Neste sentido, pretendemos reforçar que a produção de conhecimento, a moralidade, e as ideias estão além das estruturas materiais existentes, e

⁸ O termo “divisão social do trabalho” foi criado por Karl Marx na obra “*O capital*” de 1867, para definir atividades presentes em todas as sociedades complexas. Sendo um termo amplamente utilizado nas esferas econômicas, sociológicas, antropológicas, históricas, entre outras. Em termos genéricos está relacionado com os diferentes modos que os indivíduos, ao viverem em sociedades históricas, reproduzem e produzem a sua existência. Há variação em relação ao termo “divisão do trabalho”, podendo ser dividido em quatro grupos: “divisão social do trabalho”, “divisão capitalista do trabalho”, “divisão sexual do trabalho”, e “divisão internacional do trabalho”. (MARX, 1988)

procuramos pontuar, também, que as subjetividades que constituem os indivíduos configuram os meios pelos quais se dão os deslocamentos internacionais. Desta forma, conforme o cientista político Thales Castro (2012), o ato de gerar ideias e conceitos acontecem a partir da construção de identidades culturais distintas e interesses, objetivando pela manutenção do poder. Os autores João Pontes Nogueira e Nizar Messari (2005, p.71) pontuam que: “(...) não apenas o conhecimento que temos sobre o mundo é socialmente construído, como o próprio mundo não depende do nosso conhecimento”. Os sujeitos através de suas ações, colaboram para a construção da sociedade, mas estes agem conforme contextos preexistentes, nos quais guiam os sentidos de suas ações⁹.

Partindo do pressuposto de que as estruturas sociais são construídas mediante interesses, comportamentos, práticas, contexto histórico, e etc., pretendemos explicar a partir da questão da diferença, como a colonialidade do poder utilizou-se do discurso de superioridade para alcançar seus objetivos, e, por conseguinte, analisar como a dominação dos corpos negros foi crucial para a manutenção do domínio e perpetuação do padrão de poder global, que se faz vigente e efetivo na formação das sociedades até a atualidade.

A colonialidade do poder refere-se a um padrão de poder sistemático que instituiu a dominação e a ideia de superioridade dos europeus concepções naturais transmitidas em âmbito global, primeiro na América, e posteriormente na Ásia e Oriente. O sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005) menciona que a colonialidade do poder consegue controlar todas as estruturas que constitui a sociedade no que se refere às subjetividades que compõem o sujeito social, e estas estruturas se organizam em hierarquias, e aqueles pertencentes a base desta pirâmide serão subjugados, oprimidos e, eventualmente, excluídos. As hierarquias perduram por meio dos jogos de poder, e conforme o sociólogo Grosfoguel (2010), as hierarquias e a dominação europeia que foram impostas às colônias eram empregadas como parâmetros hegemônicos que visam classificar os habitantes com base em uma escala de raças, pelo qual os brancos são indivíduos superiores e os pretos são sujeitos inferiores e demonizados, e suas crenças e culturas de matrizes africanas por serem consideradas “selvagens”, devem ser rechaçadas. Estas práticas levaram ao que Quijano considerou como “a radical ausência do outro”, pois ao sistematizar o “Outro” respaldado em conceitos próprios, os dominadores personificam esses sujeitos em objetos, mão-de-obra escrava, pessoas sem história, ou

⁹ Para os autores Berger e Luckmann, o cotidiano se apresenta para os indivíduos como uma realidade ordenada, pelo qual os fenômenos estão pré-concebidos em padrões que aparentam não depender da apreensão que cada sujeito faz dele, particularmente. (BERGER; LUCKMANN, 2004)

tampouco civilidade, impossibilitando a expressão como indivíduos racionais. Suprimir o “Outro” provoca a negação da totalidade e diversidade social em âmbito universal, motivando a omissão de toda referência aos habitantes fora do contexto europeu, “(...) é neste momento em que se inicia a relação entre “sujeito” e “objeto” na qual sujeitos são europeus e objeto, o resto, literalmente, na força desta palavra”, conforme pontua Quijano (1992, p. 4).

O racismo comporta um conteúdo de dominação ideológica e étnica, e desenvolveu-se para justificar ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras sob as áreas dominadas, sendo utilizado para nutrir e justificar os delitos cometidos em nome das ciências biológicas, da religião, e da cultura de “raças eleitas”, conservando a tendência de pensamento racista e o sistema servil dos trabalhadores pretos.¹⁰

“O racismo converteu-se em grito de guerra durante este período nacionalista. A pátria, que necessitava de uma palavra-de-ordem aglutinadora, se outorgou um pedigree e um vínculo que levava a que qualquer homem podia compreender e sentir-se orgulhoso dele. O racismo foi, a partir daí, uma babel de vozes diferentes. Os franceses, os alemães, os eslavos, os anglo-saxões, todos produziram literatos e políticos consagrados a demonstrar que, desde o princípio da história européia, os triunfos da civilização devem-se exclusivamente à sua ‘raça’” (BENEDICT, 1941, p. 26)

A colonialidade do saber refere-se a produção e reprodução de conhecimentos oriundos da visão hegemônica eurocêntrica, constituindo-se como um padrão a ser reproduzido em múltiplos sistemas: sociais, culturais e políticos. Este tipo de colonialidade também obteve forte influência do ordenamento de raças, e torna-se perceptível mediante produções teóricas que naturalizam as relações coloniais conduzidas na dominação e a violência dos colonizadores para os “primitivos”. Trata-se da estruturação de um imaginário social conduzido por discursos e manifestações disciplinares que permeia as identidades e práticas sociais, promovendo um sistema de exclusão e esquecimento dos não-europeus e, conseqüentemente, configuram a “modernidade” através de um processo educativo e moral, não possibilitando qualquer oposição dos colonizados ao processo civilizador, mitigando qualquer tipo de emancipação. (MIGNOLO, 2000). Neste contexto, compreende-se que os colonos brancos construíram sistematicamente uma verdade, sem qualquer diálogo com os nativos sobre suas crenças, vontades e hábitos, conforme aponta Tzvetan Todorov (1999):

“Colombo, em seus diários de viagem descrevia (...) a diversidade de fauna e flora, a generosidade, ingenuidade e covardia dos povos originários. Isto é,

¹⁰ A escravidão podia ser justificada, em um primeiro momento, a partir de uma passagem do Velho Testamento, pelo qual os filhos de Cam foram condenados a trabalhos forçados por seres africanos, sendo considerados pelo catolicismo “filhos almadioados de Noé”, e após este pensamento perder valor, foram fomentados novos pensamentos, por exemplo, “a sobrevivência dos mais aptos” e a seleção natural fundada por Charles Darwin cunhado na obra *“A origem das espécies”*, este conceito biológico justificou por um longo período de tempo a dominação, e interferiu em diversas áreas sociais por ser uma teoria universalmente aceita

Colombo não distinguia as pessoas das paisagens, enquadrando-os numa caixinha limitada do “exótico” e do inferior. Ao fazer isso, os nativos perdem todos os seus elementos de complexidade, de subjetividade” (TODOROV, 1999, p.70).

Portanto, a produção de conhecimento na modernidade é fixada pela racionalidade eurocêntrica, sendo notório na narrativa produzida na dominação colonial, o local de fala destes e aqueles. As imposições hegemônicas europeias estabeleceram posições sociais pré-estabelecidas e em via de regra imutáveis nas estruturas de poder, e conforme apontado anteriormente, todos estão inseridos em hierarquias definidas pelo “sistema-mundo patriarcal”. Sendo esta, uma hierarquia que privilegia indivíduos do sexo masculino; uma hierarquia que rejeita o homossexual e preconiza o heterossexual; uma hierarquia que denega outras crenças religiosas que não a católica; e por fim, uma hierarquia que rejeita a linguagem dos povos nativos, e classifica as expressões destes como manifestações folclóricas, e não como uma produção de conhecimento válido.

Com isto, o êxito da colonização deve-se por conseguir atingir amplamente quase a totalidade dos ramos sociais. E, ademais, o quê contribui para a colonialidade de poder/saber se tornar tão intrínseca na sociedade, foi o modo como o discurso sobre a raça e o racismo se tornaram elementar por sistematizar e classificar as estruturas. Portanto, esta lógica é o elemento chave da organização da ordem patriarcal e, também, da divisão internacional do trabalho, pois ao sistematizar os sujeitos respaldado em conceitos próprios, os dominadores personificam indivíduos em corpos-objetos. A dominação colonial sustentada pelos dois tipos de colonialidade e pelo racismo, fomentou, e conserva na modernidade, as assimetrias das posições sociais, suscitando, constantemente, a falsa ideia de que há igualdade entre os sujeitos, e especificamente no caso brasileiro, a população preta enfrenta restrições e impossibilidades de inserção e ascensão social desde o início da escravidão no país até os dias atuais, devido ao mito da democracia racial, de acordo com Lilia Schwarcz (1996).

No que concerne às mulheres pretas, estas são tidas como insignificantes para a historiografia europeia, favorecendo, desta forma, para discursos excludentes e enviesados, no qual visa pela desindividualização e coisificação destas mulheres, são restritas à subordinação do poder hegemônico, e, portanto, são silenciadas, de modo a reforçar sua condição de dupla subalternidade. Sendo assim, por meio da colonialidade do poder/saber e de práticas discursivas fundamentadas numa hierarquização racial, econômica, política e cultural, os indivíduos que compõem a base desta pirâmide, conseqüentemente vão sendo emudecidos, violentados e inferiorizados até que se tornem inexistentes no padrão de cidadania eurocentrista (BAHRI, 2013).

TEORIAS PÓS-COLONIAIS E SUBALTERN STUDIES

A fim de problematizar e analisar a questão do colonialismo e seus efeitos na existência da mulher preta, trazemos ao estudo duas correntes teóricas que se destacaram no meio acadêmico internacional nos últimos tempos: a Teoria Pós-Colonial e Subaltern Studies. Ambas permitem reconstruir espaços de emissão dos discursos em sociedades em que se estabeleceu a colonialidade do poder, ver e saber, proporcionando assim o resgate do sujeito subalterno, e, como efeito, a sua história. Estas duas teorias nos ajudam a compreender e conferir voz aos colonizados, além da promoção de análises críticas do conhecimento, possibilitando o empoderamento e a emancipação do corpo e da corporeidade negra.

Alguns autores tradicionais definidos como pós-coloniais, empregam o termo “pós-colonial” para definir o período pré-independência, enquanto outros, também considerados autores desta vertente, utilizam o termo para descrever a cultura influenciada pelo imperialismo, e conseqüentemente, pretendem desconstruir o discurso colonial que permeia nas sociedades desde o início da colonização até a hodiernidade. A autora angolana Inocência Mata (2006), elucida que o termo pode não significar apenas a linearidade cronológica, embora dele decorra, mas está relacionado com a crítica da marca da dependência, efetuada a partir de um conjunto de contribuições teóricas provenientes dos estudos culturais e literários a partir de 1970¹¹. Sendo assim, não há um consenso sobre a utilização do termo, porém neste estudo será empregado com o intuito de promover críticas aos silenciamentos das análises pós-coloniais, objetivando pela construção de novas epistemologias e paradigmas de análise sócio-cultural, e atuando no reconhecimento de saberes não hegemônicos.

Os autores da Teoria Pós-Colonial questionam a herança colonial, pelo qual se mantém no padrão de poder atual, e, também, reivindicam por um rompimento entre o ocidental-centrismo e seus reflexos, para assim resgatar a cultura dos povos periféricos, e (re)conhecer as interferências e distorções decorrentes do imperialismo. Esta teoria surge como uma análise das tensões provenientes entre o centro e as periferias, e propõem a realização de uma nova leitura do processo de colonização a partir da oposição aos imperativos culturais dominantes, além de analisar como as sociedades colonizadas foram manifestando sua alteridade diante dos colonizadores durante a época colonial até o presente. (CÉSARIE, 1978).

O progresso e a emergência de estudos pós-coloniais estão submetidos a duas condições importantes: a conscientização nacional e a necessidade das literaturas serem distintas daquelas

¹¹ No decorrer deste tópico, iremos trazer autores localizados em países não-ocidentais, para assim elucidar pontos de vistas sobre os estudos subalternos, de modo mais amplo, pois o universo da pesquisa é constantemente restrito e pode estar enviesado através de idealizações hegemônicas.

oriundas dos centros imperiais. A primeira condição envolve conhecimentos produzidos por representantes da metrópole colonial (livros, documentos, fotografias, reportagens, e entre outros), pelo qual empregam valor negativo as periferias, e privilegiam o centro, induzindo os nativos na utilização da cultura importada, por ser considerado o “padrão culto e superior” a ser seguido, e provocando assim, a negação dos sujeitos colonizados as suas origens, e como resultado, há o controle dos colonos sob um pretexto de educação e cultura liberal¹². A segunda condição deve-se pelo fato de que muitos escritos históricos produzidos pelos nativos educados nas metrópoles eram elaborados na língua do europeu e passavam pela supervisão do Império (era proibido qualquer manifestação que indicasse contrariedade aos parâmetros canônicos ou políticos), suprimindo, deste modo, conhecimentos dos povos não-europeus¹³. Neste sentido, a historiografia, na maior parte do tempo, foi relatada com base em apenas um lado da história: a versão dos colonos brancos.

"É impossível para os intelectuais franceses contemporâneos imaginar o tipo de Poder e Desejo que habitaria o sujeito inominado do Outro da Europa. Não é apenas o fato de que tudo o que leem — crítico ou não — esteja aprisionado no debate sobre a produção desse Outro, apoiando ou criticando a constituição do Sujeito como sendo a Europa" (SPIVAK, 1988, p.45-46).

Deste modo, a elaboração de escritos que sejam diferentes das produzidas pelas potências imperiais, por exemplo, as teorias pós-coloniais, destinam-se na promoção da conscientização dos povos não europeus e europeus sobre as velhas e novas questões em relação ao colonialismo por meio de releituras históricas, e incentivam a multiculturalidade e a representatividade em âmbito universal.

O autor queniano Abdul Janmohamed argumenta que autores pós-coloniais devem elaborar estereótipos desfavoráveis do colonizador e favoráveis aos colonizados, fomentando a inversão de um mecanismo empregado pelo colonialismo. Enquanto o teórico crítico indiano Homi K. Bhabha, rejeita a polaridade entre dominado e dominador, justificando que ambos se construíram, e deste modo deve haver a reconstrução dos sujeitos pós-coloniais sem distinção entre dominado e dominador. Com uma visão divergente, um dos autores mais conhecidos desta teoria, o palestino Edward Said, critica o humanismo tradicional promovido pelo Império que

¹² O início da “importação cultural” ocorreu por meio das missões jesuíticas na América, os povos originários foram evangelizados e “educados” pelos padres jesuítas europeus, e a principal finalidade destas missões eram civilizar os “bárbaros” através do cristianismo, isentando-os de vícios e perversidade. Devido as relações interculturais serem conflituosas, este propósito se estabeleceu como tentativa de conquista cultural e territorial dos nativos, desencando em um processo de genocídio e etnocídio no contexto colonial. Muitos autores definem esta missão como uma das mais notáveis utopias que já ocorreu em toda história.

¹³ Muitos destes autores provenientes das periferias se sentiam privilegiados e protegidos por pertencer, de certo modo, a classe dominante, e apesar de serem educados nas metrópoles, estes ainda eram considerados inferiores em relação aos povos nativos da Europa.

expressa a noção de homens¹⁴, sendo esta imposta para todas as outras sociedades, além de indicar a relação consistente entre as esferas da cultura e da política como representações sociais que são recebidas, e se estabelecem hegemônicas por pressupor áreas de poder, logo, Said defende o compromisso dos teóricos com os subalternos, analisando e questionando a visão imperialista inserida na literatura, na história, nas ciências sociais, na teoria política, nos estudos de gênero, e etc, visando um conhecimento puro, sem essencialismos e universalismos, e projetando diminuir, por conseguinte, a manipulação e manutenção do poder obtidos através da difusão de discursos e ideologias¹⁵(MENEZES, 1996). Este último argumento nos parece mais plausível, e tentaremos, em certa medida, aplicá-lo neste presente estudo.

Portanto, a partir das Teorias Pós-Coloniais é possível fomentar uma crítica contra os discursos epistemológicos e ideologias eurocêntricas¹⁶, buscando esclarecer a dominação, as relações de poder, e as estruturas de saber, para assim descontinuar o atual cenário de desigualdade no desenvolvimento científico, técnico, social e tecnológico promovido pelo eurocentrismo.

“O eurocentrismo é, como todos os fenômenos sociais dominantes, fácil de entender em várias manifestações diárias, mas mais difícil de definir com precisão. Essas manifestações são, por vezes, violentas – até ao racismo assumido – às vezes tênues. Elas colonizam tanto a linguagem do senso comum, a linguagem popular, como a linguagem científica de especialistas da política, do terceiro mundo, da economia, da história, da teologia e todas as formulações da ciência e do pensamento sociais.” (AMIN, 1988, p. 72).

Os líderes e intelectuais europeus ao instaurarem a classificação de elementos complexos em apenas palavras, por exemplo: sujeitos “civilizados” e “não civilizados”, marginalizaram e reduziram as populações pretas¹⁷. Assim, o que era alusivo àqueles povos, toda sua história, sua cultura, sua religião, sua forma de se vestir, foram reprimidas, e, por conseguinte, foram resignificadas de forma negativa ao serem impostas a ordem global da hegemonia ocidental, conforme demonstra Spivak (1988). Ademais, havia também o controle dos meios de expressão, subjetividades, e produção de conhecimento, o que auxiliou no aprofundamento e naturalização da dominação naquele período até a época atual. Com isto, a

¹⁴ O humansmo tradicional defende que o indivíduo é compreendido como constituído por uma essência inalterável, cabendo apenas à educação conformar-se à essência humana.

¹⁵ O conceito sobre ideologia detém um sentido amplo, conforme trecho abaixo do autor Antoine François Prévost: “(...) não é somente um sistema de ideias mas também um conjunto estruturado de imagens, de representações, de mitos, determinando certos tipos de comportamentos, de práticas, de hábitos e funcionando [...] como um verdadeiro inconsciente” (PRÉVOST, 1976, p. 171-172).

¹⁶ Apesar de autores possuírem pensamentos divergentes referentes à ruptura dos padrões impostos pelos europeus, conforme foi visto anteriormente.

¹⁷ No caso, classificar os indivíduos a partir de sua cor de pele e condição social em “civilizados” e “não-civilizados”.

incorporação das questões raciais, étnicas, de gênero, de classe e as respectivas formas de opressão e discriminação dos diversos excluídos, tornam-se uns dos propósitos do estudo dos subalternos (Subaltern Studies), no qual os autores são provenientes, majoritariamente, de países do Sul global.

Como um desdobramento da Teoria Pós Colonial, o Subaltern Studies surge na década de 1980 na Ásia Meridional, baseado em uma premissa desconstrucionista defendida por Edward Said, Sumit Sakar, e entre outros autores, partindo de uma crítica aos intelectuais ocidentais, visando desvendar as subjetividades a partir das relações de poder, e, também, aludindo à questão da representação e da autonomia do sujeito subalterno, em que este corresponde: “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”, de acordo com a autora indiana Spivak (1988, p. 12).¹⁸ Além disso, estes estudos são referências para problematizar sobretudo a questão de gênero, expondo a situação da mulher preta subserviente – no caso em questão as amas de leite – como ainda mais frágeis e duplamente silenciadas, havendo poucos espaços sociais para a difusão da fala destas. Gayatri Spivak, umas das autoras mais importantes desta vertente, defende que estas não devem ser representadas e nem ter suas vozes transferidas para aqueles que não as reconhecem. Neste contexto, o dualismo do termo representação entre o “falar por” e a “representação” pode ser comprovado com o trecho abaixo:

“Dois sentidos do termo representação são agrupados: a representação como “falar por”, como na política e representação como “re-representação” como na arte ou filosofia. Uma vez que a teoria também é apenas uma “ação”, o teórico não representa o (falar por) dos grupos oprimidos. De fato, o sujeito não é visto como uma consciência representativa” (idem, 1988, p. 31).

Desconsiderar esses dois sentidos de “representação” pode levar à substituição da fala do “Outro” por alguém que o significa, ou seja, “ao representá-los [os oprimidos e subalternos], os intelectuais representam a si mesmos como sendo transparentes, pois eles simplesmente falam e analisam (sem analisar) o funcionamento do sujeito” (idem, 2010, p. 33-34). Sem reconhecer e escutar o “Outro”, o espaço de diálogo é inexistente para o subalterno, sendo inseridos na condição de mutismo, ou melhor, sendo condicionados por meio da surdez do outro. Portanto, a autora enfatiza na criação, por parte dos intelectuais, de práticas que permitam

¹⁸ A autoria indiana Gayatri Spivak é uma das maiores expoentes em relação a teoria decolonial, em uma de suas mais famosas obras “*Pode o subalterno falar?*”, a autora problematiza e evidencia a violência epistêmica e o silenciamento dos subalternos, e questiona os intelectuais em relação ao silenciamento e a constituição do indivíduo subjugado, auxiliando na perpetuação da subserviência destes indivíduos.

o reconhecimento e a legitimidade de fala dos subalternos na esfera pública, e isto somente é possível a partir de produções políticas, científicas e econômicas que coloquem a narrativa desses sujeitos em foco.

A posição da mulher subalterna é grave, uma vez que elas são inseridas às margens das estruturas de poder global, devido à ideologia de gênero dominante masculina, e vivenciam a marginalização e o silêncio perpétuo de sua voz em virtude do seu gênero. Não há valor atribuído à mulher, sobretudo as pretas, estabelecendo que estas mantenham-se “no espaço” delimitado ideologicamente e que lhe foi destinado. Um espaço que não é central mas periférico, não é dentro do, mas fora do círculo. E a fotografia, estabelecida como um instrumento de “poder simbólico”¹⁹, auxilia na legitimação desta condição:

“É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou legitimação da dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim (...) para a domesticação dos dominados (BOURDIEU, 1989, p. 11)

CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES FOMENTADAS PELA FOTOGRAFIA

Analisaremos nesta seção como a fotografia influenciou a vida dos indivíduos, e como este instrumento detém um caráter singular que perpetua, revoluciona, legítima e questiona atos e sujeitos, devido a sua função social.

A fotografia é a captação e congelamento de fragmentos da realidade, e teve sua descoberta no século XIX pelo inventor francês Louis Jaques Mandé Daguerre²⁰, quando realizou a primeira captação de uma imagem da realidade e expôs em uma placa de prata. O seu surgimento provocou desconforto à classe artística da época, especialmente os pintores, pois o retrato reproduzia a imagem idêntica à realidade com mais profundidade e detalhes do que as pinturas. Para muitos artistas, a imagem fotográfica representava o fim das obras coloridas por pincéis. Com base nas considerações de Baudelaire, Ana Maria Mauad, em “Fotografia e História Interfaces” relata que o francês notando a desesperança dos artistas, trouxe uma reflexão sobre esta nova representação:

“(...) a separação arte/fotografia, concedendo à primeira um lugar na imaginação criativa e na sensibilidade humana, própria à essência da alma, enquanto à segunda é reservado o papel de instrumento de uma memória documental da realidade, concebida em toda a sua amplitude” (MAUAD, 1996, p. 2)

¹⁹ O poder simbólico se fundamenta pela ausência de importância dada a sua presença, caracterizado por ser um poder invisível (cunhado com este propósito), pelo qual se assenta e movimenta outros poderes. (BOURDIEU, 1989)

²⁰ Após a descoberta por Louis Jaques Mandé Daguerre, as fotografias como conhecemos hoje, eram chamadas durante o século XIX de “daguerre” em referência a invenção do francês.

Desde o seu surgimento, este dispositivo retrata objetivos não visíveis a olho nu, além de eternizar e expor acontecimentos sociais, sujeitos, e entre outros eventos, se tornando um instrumento de aproximação de indivíduos e atores, ultrapassando os limites territoriais. Desta forma, tornou-se um meio de fomentar vínculos e mobilizar relações sensoriais, por deter a capacidade de expandir a realidade para aqueles que não alcançam tais distâncias. A arte fotográfica promoveu, de certa maneira, uma intimidade significativa entre os laços humanitários, evidenciando valores, costumes, culturas, ideologias e narrativas antes desconhecidas.

Exercendo um discurso próprio, a fotografia se comunica com múltiplos atores, podendo ou não manifestar um posicionamento político, e, por conseguinte, suscitar a problematização em relação a algumas questões sociais. Indagações, nas quais se expressam para fora da imagem. Selecionamos dois questionamentos: Há a possibilidade haver algo oculto em uma representação visual? Todos são retratados como parte integrante da sociedade sem nenhuma distinção social? Em um primeiro momento, aparenta ser paradoxal mencionar sobre invisibilidade em uma ferramenta exclusivamente visual. Todavia, quando se refere sobre a invisibilidade fotográfica, principalmente se estiver alocada em âmbito político, as imagens podem ser adulteradas e controladas de maneira ilegítima e de acordo com os interesses de determinados grupos, podendo transmitir esta manipulação, muitas vezes, sem a percepção do observador.

“ (...) [as imagens] são efetivamente capazes de usurpar a realidade, (...) a fotografia não é só uma imagem, um interpretação do real; é também um traço, algo diretamente decalcado do real (...) providenciando possibilidades de controlo que nunca poderiam ser sonhados sob o anterior sistema de gravação de informação: a escrita”. (SONTAG, 1970, p. 154)

A fotografia no âmbito político constitui um instrumento de poder que permite sustentar ou sucumbir a credibilidade de alguém ou algo, e, também, auxilia na formação de opinião pública, pois “as diferentes ideologias, onde quer que atuem, sempre tiveram na imagem fotográfica um poderoso instrumento para a veiculação das ideias e da consequente formação e manipulação da opinião pública”, conforme menciona Boris Kossoy (2002, p.20). E, apesar de ser compreendido como um instrumento que expressa a verdade, pode fomentar e conservar estereótipos: “(...) a larga utilização da fotografia é utilizada para a veiculação da propaganda política, dos preconceitos raciais e religiosos, entre outros usos dirigidos”. (idem, 2002, p. 21). Portanto, as fotografias não são representações fiéis da realidade, visto que “são plenas de ambiguidades, portadoras de significados não explícitos e de omissões pensadas, calculadas” (idem, 2002, p. 22).

Deste modo, para Pierre Bourdieu (1974) a fotografia não é uma representação integral e absoluta de um certo acontecimento, mas é capaz de gerar consciência por meio dos objetos parciais que apresenta. Os objetos parciais são definidos pelo recorte de um certo acontecimento que é capturado pelas lentes em um instante, ou seja, é uma representação a partir da realidade, porém é escolhido um real a ser representado, sendo organizado culturalmente e tecnicamente, e por consequência, ideologicamente (ORLANDI, 2002). Sendo assim, a fotografia é uma representação parcial, pois é constituída por objetos parciais. Porém, ela conduz o indivíduo à consciência que se pode intitular de representação total. Por este ângulo, uma representação total, embora o termo seja ambíguo, seria a qual um indivíduo tem detrimento de determinado acontecimento que o garante interpretá-lo de modo subjetivamente completo. (idem, 2002).

Ao analisar o discurso imagético é importante examinar a interação entre o observador e o observado, buscando compreender os dispositivos localizados de produção de sentido — “sentido dialógico, portanto socialmente construído e mutável e não pré-formado ou imanente à fonte visual” (MENESES, 2003, p. 17). De acordo com Michel Foucault (2013), a reprodução destas imagens – majoritariamente as pré-fabricadas – agem no sentido de alavancar uma política entre identidades e corpos, e que, ao preservar práticas assimétricas em relação à significação, promovem a preservação do status quo e intensificam hierarquias de poder, além de legitimar posições sociais.

A representação fotográfica colonial contribuiu para configurar a experiência coletiva e individual, desempenhando um vínculo imaginado entre colônia e metrópole. A população da metrópole obteve seu primeiro contato com os territórios coloniais a partir das imagens impressas, disseminadas em álbuns fotográficos, postais, livros, jornais, periódicos, e etc. À vista disso, a iconografia efetuou uma atuação crucial no processo colonial, seja como prova da ocupação efetiva dos territórios, pois confere um sentido testemunhal, sendo uma espécie de “certificado de presença” ou a presença tangível da realidade (SZARKOWSKI, 2007), e, também desempenhando a divulgação da missão civilizadora do dominador, retratando-os como missionários bem-sucedidos, em contraste com a representação negativa conferida para os negros, sendo estes: “selvagens”, “bárbaros”, “dominados”,²¹ fomentando assim, uma espécie de estereótipos antagônicos.

Deste modo, ocorreu uma intensa popularização de conceitos como “raça” e “cultura” nas sociedades metropolitanas coloniais, e distinções pseudocientíficas respaldadas pelo

²¹ Estas palavras estavam discriminadas em leis e decretos que conferiam uma posição política racionalizada no império, impulsionando a concepção de atraso dos territórios coloniais.

alastramento da iconografia (idem, 2007), na qual a representação estereotipada sustentava para uma desindividualização e coisificação dos indivíduos colonizados, cuja identidade é baseada unicamente em aspectos sociais, além da legitimação da condição de subalternidade.

A análise imagética do período colonial na contemporaneidade torna-se fundamental, visto que no período, os acontecimentos não eram debatidos com profundidade e não havia esforços para identificar o fotógrafo e referências empregadas nos retratos. Porém, é importante ressaltar, no que concerne aos estudos literários e representações iconográficas históricas, que antes de empregar qualquer rótulo ou questionamentos, os escritores, fotógrafos e outros artistas são indivíduos do seu tempo, e que “(...) a produção social é parte integrante de uma realidade e de uma história nunca neutras”, de acordo com Polar (2000, p. 20). Portanto, é necessário realizar as análises sobre as práticas de dominação que são manifestadas tanto nas instituições do saber quanto no âmbito social, propondo um método crítico que considere as mutações históricas, problematizando e compreendendo as relações passadas, questionando as relações presentes, e transformando os encadeamentos futuros.

OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DAS REPRESENTAÇÕES DAS AMAS DE LEITE

Durante o Terceiro Império Português o consumo e a produção de fotografias foram intensas, motivado principalmente pelo desenvolvimento técnico, pelos mecanismos de produção e reprodução, e pela maior capacitação dos profissionais. Porém, o que permaneceu inalterado no período foram as referências raciais para ordenar os sujeitos no espaço fotográfico.

Em relação às representações dos negros, pode-se dizer que estes eram semi-representados (BHABHA, 1992), pois os colonizados eram fotografados, geralmente, de forma obrigatória e com objetos decorativos típicos da Europa como: cartolas, fundos ornamentados, jóias, e entre outros acessórios, de forma que as imagens pré-produzidas cumprisse às expectativas estéticas dos europeus. Os objetos em companhia com as vestimentas, irradiavam o ideal de civilização e pacificidade, segundo Sandra Koutsoukos (2006). Neste contexto, essas representações fotográficas com variados apetrechos que não pertencem a realidade dos escravizados promovem uma “uma máscara social”. Dessa forma, a questão da semi-representação dos colonizados é colocada como um agrupamento de convenções sociais que foram edificadas a partir de interesses políticos, econômicos, religiosos, entre outros. Essas convenções conseguiram obter efetividade, porque em sua base foram utilizados mecanismos de poder que acionam dispositivos e discursos que contribuem para a propagação de ideologias de acordo com os interesses de determinados grupos.

Em certa medida, os fotógrafos eram responsáveis por estabelecer ordem nas composições, nas quais escolhiam e até mesmo mascaravam os elementos que iam ser retratados, utilizando-se de símbolos, que podiam, ou não, ser decodificados pelos observadores. É nesse universo simbólico que a violência simbólica se instaura e se manifesta por meio de toda uma rede figurativa embutida na arte, religião, linguagem, e outros sistemas, que reforçam ideologias, preconceitos e hegemonias que estão na base de outros tipos de violências. Compreender que a submissão imposta às mulheres, sobretudo as pertencentes à raça negra, como um ato de violência simbólica auxilia a interpretar como a dominação – que é um encadeamento histórico, linguisticamente construído e cultural – é em todo tempo certificado como uma diferença de ordem irreduzível, natural e universal, conforme aponta Soihet (2008). A violência de gênero²² embutida nestas relações sociais estavam neutralizadas nas sociedades colonizadas, e evidenciaram o poder proprietário e a condição subalterna da propriedade humana feminina, demarcando, deste modo, posições, espaços, e condutas.

Para o teórico cultural e sociólogo Stuart Hall (2016, p.388), os regimes de representação fixado pelo Ocidente e seus sistemas de conhecimento fizeram com que a população preta se sentisse e se enxergasse como o “primitivo/outro”: “[foi submetidos] a esses o “conhecimento” disto, graças a um problema de vontade imposta e de dominação, e também, graças ao poder de coação interna e de conformação subjetiva com a respeito a norma”.

Os retratos dos escravos eram divididos em algumas categorias: fotografias exploradas e definidas como “exóticas” e vendidas para os povos europeus; imagens de escravos domésticos; fotografias utilizadas como aparato para a difusão das teorias racistas, pelo qual o objetivo era comprovar imgeticamente a superioridade do fenótipo branco, justificar o darwinismo social e defender a ciência positivista e determinista²³ (SCHWARCZ, 2001). No caso das mulheres pretas, elas estavam inseridas nas duas primeiras categorias, e estas tinham seus corpos à disposição para os compradores e para as lentes dos fotógrafos, sendo expostas despidas e objetificadas, sendo caracterizadas como meros corpos-objetos que serviam para

²² Qualquer agressão ou insulto físico, psicológico, emocional, institucional, ou patrimonial, baseado na estrutura da organização social dos gêneros contra determinados indivíduos, devido à sua condição de sexo, conforme menciona Sardenberg (2011)

²³ “Tendo por base uma ciência positiva e determinista, pretendia-se explicar com objetividade – a partir da frenologia, isto é, da mensuração de cérebros e da aferição das características físicas – uma suposta diferença entre os grupos humanos. Dessa maneira, a “raça” era introduzida a partir dos dados da biologia da época e privilegiava a definição dos grupos em função de seu fenótipo, o que eliminava a possibilidade de pensar no indivíduo e no próprio exercício da cidadania. Assim, diante da promessa de uma igualdade jurídica, a resposta foi a “comprovação científica” da desigualdade biológica entre os homens, ao lado da manutenção peremptória do liberalismo, tal como exaltado pela República de 1889”. (SCHWARCZ, 2001, p. 42).

estimular impulsos sexuais dos colonos e exercer o trabalho escravo, restringindo suas vidas exclusivamente à servidão.

No caso específico das amas-de-leite, as imagens representam a situação social em que estas se encontravam: subordinadas à classe social dominante, hipersexualizadas e reprimidas. Além de mostrar a dualidade inerente às relações interétnicas entre a oligarquia e estas mulheres, confirmando um estado social baseado nos pressupostos da escravidão, no qual se institui a negação da liberdade, do livre arbítrio, e caracterizam os corpos com as marcas de raça, etnia e gênero, e que além de comercializados, eram erotizados e sublinhados por traços biológicos reveladores da singularidade de suas características: por traços que identificavam a cativa mulher, procriadora e carinhosa, e “estas teriam que sobreviver a sucessivos desterramentos e desenraizamentos que pudessem manifestar o traço de humanidade pela capacidade de exercitar o carinho em relação aos rebentos de famílias proprietárias”, (CARNEIRO, 2017, p.136). A partir de mulheres pretas em estado de nutriz era possível obter lucros através das transferências entre as famílias brancas. Elas aparecem como mercadorias humanas oferecidas em anúncios de jornais – sem que tivessem a posse do próprio corpo –, conforme aponta os classificados: “(...) pretas, pardas, moças, “com ou sem as crias”, “limpas”, sabendo “lavar e engomar com perfeição”, com “abundante leite”, “carinhosas”, de 15 anos, menos ou mais, de “conduta afiançada”.” (idem, 2017, p. 116).

As imagens das amas de leite expostas em anúncios, jornais e cartões portais no período colonial, nos remete ao passado escravista, revelando um imaginário impulsionado por valores contraditórios e identidades construídas, quando subentende por meio destas imagens a “civilidade” e “afetividade”, e quando transmitem a falsa ideia da existência do “trabalho livre” dos negros para a sociedade da capital do Império e para os outros povos europeus.

No meio de um cenário de luzes e sombras, é possível, hoje, perceber olhares vivos que estavam mortos, inseridos em situações impiedosas que explicitam diferenças. Neste contexto, pretendemos não apenas dar visibilidade acerca da representação destas mulheres, mas principalmente problematizar e desnaturalizar suas iconografias e refletir as circunstâncias de seu surgimento histórico e, assim, problematizar os dispositivos políticos e discursivos que as produzem como mulheres duplamente subalternas, enclausuradas na experiência da escravidão em diferentes espaços das colônias portuguesas sob divergentes/convergentes formas de subjetivação. Para isto, será necessário uma análise sobre uma sobreposição de indicadores sociais de exclusão: racismo, colonialismo e sexismo, que enrijece a posição de subordinação destes sujeitos, e que tornam as mães pretas inteligíveis em seus corpos desapropriados.

Sendo assim, analisaremos algumas destas representações visuais entre os anos de 1870 até 1912 em partes das colônias portuguesas (Brasil, Angola e Moçambique).

Fotografia 1: Ermakoff, George. Ama. Salvador, Bahia. 1880



Fonte: Coleção Aparecido Jannir Salatini

A princípio, as crianças brancas eram definidas como um acessório para as famílias. Os pais se interessavam pelos filhos (homens) apenas quando estes atingiam a vida adulta a fim de serem responsáveis pelo seu trabalho e pelo gerenciamento de riquezas da família, enquanto as mães enxergavam a maternidade como um fardo que não auferia qualquer benefício, já que sua função principal era administrar a casa, além de que aleitar os bebês era definido como algo “desagradável”, por modificar os seios deixando-os esteticamente mal proporcionados, e era considerado um ato indigno e primitivo para uma dama, infringindo valores morais, pois mostrar os seios ao amamentar era um ato de desrespeito naquela época, fazendo com que a mulher ficasse reclusa, e impedindo um maior círculo social. Neste cenário, surgem as amas de leite, uma escrava comercializada que nutre o corpo e alma de crias brancas, e que não detém qualquer vínculo com a sua identidade e com o seu povo. O autor Gilberto Freyre (1978, p.361) é um dos autores que argumentam a favor à atividade servil das amas pretas, declarando que “para ama de leite não há como uma negra”, visto que as mulheres brancas eram consideradas frágeis, franzinas e debilitadas para o ato da amamentação, além de engravidarem com

recorrência, enquanto as mulheres pretas eram melhores no ato de lactação por serem mais voluptuosas, resistentes e acostumadas com o calor dos trópicos. Na **Fotografia 1** esta mulher é representada: preta, corpulenta, portando algumas jóias, (que certamente não são de sua propriedade), braços fortes, e com um “sinhozinho de engenho” amarrado em suas costas, em seu rosto é possível perceber certo abatimento e descontentamento, seus pés não aparecem, mas muito provavelmente deveriam estar descalços, pois possuir calçado naquele época era sinônimo de civilidade e branquitude²⁴. A imagem contém um ar melancólico, e talvez condescendente, transmitindo uma ideia de superioridade de raças desde o início da vida. As amas de leite não poderiam ser indóceis e insubmissas, sua posição de inferioridade, incita a idéia de uma disponibilidade ilimitada do corpo negro feminino, insinuando a sexualidade que se pretende imprimir à flor da pele. São corpos que se distribuem, se exploram, e se negociam, e dos quais se detém posse em seu precioso desvalor.

**Fotografia 2: Cardozo, Antônio da Lopes. Maria Rita da C. Pinto com a ama-de-leite.
Retrato Benvinda, Brasil, 1881.**



Fonte: Estúdio de Antonio da Silva Lopes Cardozo, Arquivo Nacional.

Enquanto na **Fotografia 2**, nota-se que a ama de leite está ricamente trajada, representando uma madonna preta, devido a sua figura centralizada na imagem, pela posição

²⁴ Em todas as fotos selecionadas e em outras imagens de amas de leite, os seus pés não aparecem nos retratos, justamente por estarem descalças. Os escravos não possuíam calçados, pois os sapatos eram restritos ao uso dos colonos.

de seus membros superiores, pelo elegante turbante envelopando seus cabelos, e pelo modo como o recém-nascido se aconchega em seus braços. Porém, o seu olhar, propositalmente ou não, desvia da lente do fotógrafo. Apesar da ama está vestida condizente com o ideal estético estabelecido pelos europeus, a imagem apresenta um sinal de posse, pelo qual a criança branca já nasce sendo dona da escrava, dona do corpo desta mulher, e proprietária da vida daquela mãe que possivelmente não cuidará dos próprios filhos para cuidar dos descendentes do seu patrono. “Seio que pertence à ama, mas também ao corpo que aleita que não é seu. Pertence, portanto, àquele que mama, ou ainda, pertence ao pai da criança, locatário ou proprietário de corpos cativos e gestor do patrimônio familiar”, conforme menciona Carneiro (2006).

Fotografia 3: Dois irmãos de leite, Angola, 1912



Fonte: Vicariato de Huambo

Esta iconografia contida em um cartão-postal representa “dois irmãos de leite” no Vicariato de Huambo, Angola. Na **Fotografia 3**, observa-se que há uma criança preta e um filhote de cabra, como ambos, possivelmente, não tem uma mãe para prover a amamentação, dividem uma jarra de leite que está inserida entre os dois para se alimentarem. As amas de leite conduz à concepção da existência de duas crianças, sendo estas: o bebê dos seus senhores, por ela amamentado e criado, muitas vezes até a adolescência; e o bebê preto, fruto de seu ventre, do qual é sujeitado frequentemente ao acaso, possuindo poucos vínculos maternos. Nos escritos de *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre (1933, p. 376) menciona que: “(...) quebrar a

individualidade da criança, desenvolve adultos passivos e subservientes”. Neste sentido, as crianças eram vítimas de maus-tratos e eram submetidas ao “adestramento”, desenvolvido por meio de suplícios cotidianos, a partir de diversas humilhações e agravos, além de presenciarem constantemente as punições reservadas para os adultos escravos²⁵. Além de toda violência física que as crianças vivenciavam, elas eram submetidas a relações sexuais com adultos, pois a pedofilia, em si, não era considerada crime, e não era uma conduta condenada na época colonial. (idem, 1933) Com isto, o ciclo de servidão e alienação era perpetuado entre as gerações.

Fotografia 4: Keller, Eugen. Ama de leite com o menino. Pernambuco, 1874.



Fonte: Coleção George Ermakoff

Neste arranjo é perceptível a tentativa de “distanciamento” das nutrizes em relação a imagem de simples escravas, evidenciando a partir das fotografias, ideias de intimidade e afeto entre as criadas e os seus donos. A mulher retratada na **Fotografia 4** foi ama de leite deste menino sentado no seu colo, e no período da fotografia tornou-se ama seca²⁶. Possivelmente exerceu a servidão por toda vida adulta deste indivíduo e de sua família. O requinte de suas

²⁵ Muitas crianças escravas serviam de brinquedos dos “sinhozinhos de engenho”, além de serem conhecidos por serem os “leva-pancadas”, no qual seus proprietários libertavam todo o ódio e frustração nesses indivíduos.

²⁶ As amas secas são mulheres que cuidam das crianças e adolescentes sem amamentar.

vestimentas expõe também o luxo da residência a que pertence, logo, como a falsa idealização de posição “privilegiada” em detrimento dos outros escravos.²⁷ Porém, esta “maquiagem” do real, pode ocultar histórias, pelas quais não demonstram a realidade destas mulheres, uma história de separação de valores e cultura, que além de nutrir as crianças brancas e a sua família, são vítimas da estrutura escravista e patriarcal. Nesta iconografia é possível perceber a construção de identidade, pelos quais os fotógrafos e/ou colonos arquitetaram mediante situações irreais, propiciando a manipulação do imaginário do público das metrópoles.

Imagem 5: Rodrigues, Bonow Marta. Anúncios de venda e compra de amas de leite, 1876 e 1877



Fonte: *Jornal do Commercio*, n. 180, terça-feira, 7 de agosto de 1877, p. 2 e *Jornal Diário de Pelotas*, n. 165, quarta-feira, 26 de julho de 1876, p. 3

No seu estado de nutriz, as amas arrecadavam lucros ainda maiores para os seus senhores. O negócio de venda, compra e aluguel destas mulheres era uma transação mais rentável do que as plantações de café, como afirmam alguns senhores de escravos (EWBANK, 1976). Os anúncios que ocupavam os folhetins da Corte (**Imagem 5**) ofereciam: pretas, jovens com ou sem filhos, “limpas”, “bonitas”, “afetuosas”, com leite abundante, religiosas, alto nível de assimilação da cultura portuguesa, sem doenças, que tenha conhecimento e perfeição sobre as atividades domésticas, e de “conduta afiançada”.

“(…) com esses sentidos ele aparece e é exposto em fotografias e anúncios, negociado nas casas particulares e de comissão, exibido na sua substância anônima e negra, inclusive no catálogo da pinacoteca imperial. O corpo negro é, assim, materializado na espessura dos sentidos que denotam sua condição

²⁷ Por estarem dentro das casas dos senhores e serem responsáveis por cuidarem dos bebês, havia a falsa idealização que as amas de leite detinham certos privilégios, tais como trabalho reduzido e melhores condições de vida.

de propriedade, sua função, sua disponibilidade no mercado de corpos” (CARNEIRO, 2006, p. 379).

Através desses anúncios constata-se quais atributos eram mais valorizados para uma ama de leite, como: faixa-etária, condições de saúde, porte físico e a origem, se a mulher for africana será mais valorizada, pois a origem²⁸ simbolizava qualidades condecoradas no ambiente doméstico, como confiança e lealdade, conforme cartas de Luís Santos Vilhena (1969, p. 19)²⁹: “[os angolanos e moçambicanos] são mais asseados e caprichosos; (...) são mais amoráveis e dóceis, e percebem e falam a nossa língua melhor e com mais facilidade.”

Fotografia 6: Retrato de criança no colo da ama de leite, Moçambique, 1912



Fonte: Coleção particular de Dilia e Anil Samarth

Algo comum eram as fotografias das amas segurando os bebês sem ter os seus rostos revelados, principalmente em Angola e Moçambique. Ocultando suas faces, o único foco das imagens seriam os “sinhozinhos”. Mais uma maneira de emucidar e encobrir aquelas que eram privadas de suas escolhas e liberdades, pressionadas para se dedicar integralmente às formas de trabalho escravo. Apesar de não aparecer seu semblante, esta era uma ama de leite

²⁸ Dependendo de sua origem, os escravos eram selecionados para exercer determinadas funções, conforme a autora Mary Karasch: “Os que vêm para o Brasil são ardas, minas, congos, de São Tomé, de Angola, de Cabo Verde e alguns de Moçambique, que vêm nas naus da Índia. Os ardas e os minas são robustos. Os de Cabo Verde e São Tomé são mais fracos. Os de Angola, criados em Luanda, são mais capazes de aprender ofícios mecânicos que os das outras partes já nomeadas. Entre os congos, há também alguns bastante industriais e bons não somente para o serviço da cana, mas para as oficinas e para o moneio da casa”. (KARASCH, 2000, p. 38)

²⁹ Luis dos Santos Vilhena ficou conhecido por escrever crônicas, e notícias históricas referentes a cidades, comarcas e capitanias brasileiras, resultando em 24 cartas nomeadas de “Notícias soteropolitanas e brasílicas”

moçambicana. O alto fluxo migratório dos homens escravos moçambicanos (registrou-se a saída de 15 a 20 mil escravos em um único ano)³⁰ e angolanos, ocasionava nas diversas funções que as escravas destes países eram forçadas a realizar, sendo algumas destas: responsáveis pela produção agrícola, escravas domésticas, amas de leite (**Fotografia 6**) e, também, responsáveis pela reprodução de descendentes, tendo seus filhos reconhecidos pelos senhores, diferentemente dos filhos das escravas com os senhores no Brasil³¹. Isto fazia com que as escravas fossem, de algum modo, incorporadas ao grupo. Além disso, o regime de escravidão nestes países foram, por muitas vezes, conhecidos como “simbiótico”, devido a quantidade de mulheres e homens escravos que vendiam seus corpos em trocas de proteção, alguns alimentos, tecidos, e livramentos de sentença de morte. A prática era recorrente, e muitas "optaram" por serem amas de leite para se salvar. Para os colonos, as angolanas e moçambicanas eram mais dóceis e possuidoras de boa conduta, e tinham preferências por estas do que outras escravas.

Fotografia 7: Ama de leite e a criança, Luanda, Angola, 1912



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco

Na **Fotografia 7**, o que nos chama atenção é a hipersexualização contida na imagem, onde um seio está amamentando o filho de seus donos, e o outro está totalmente desnudo. O

³⁰ HENRIQUE, GORJÃO JOANA. Moçambique: A escravatura não desaparece com tratados. Disponível em: <https://acervo.publico.pt/mundo/noticia/mocambique-a-escravatura-nao-desaparece-com-tratados-1729884#:~:text=Em%20Mo%C3%A7ambique%2C%20v%C3%A1rias%20cidades%20foram,o%20muro%20de%20tijolo%20laranja>. Acesso em 31/01/2021

³¹ Os filhos das escravas com os senhores não eram reconhecidos. Os colonos enxergavam as mulheres pretas como pessoas desprovidas de comportamento, e seus corpos serviam para satisfação sexual. Ao engravidarem estas mulheres, eles renegavam seus filhos, não concediam a liberdade para estes, e não os consideravam herdeiros.

colonizador branco enxergava estas como seres desprovidos de conhecimento, e seus corpos serviam para satisfazer seus interesses econômicos e anseios sexuais, concebendo o ideal de desordem e promiscuidade em relação a estas mulheres. Elas deveriam ser subservientes nas relações sexuais, pois naquela época a prostituição de escravas pelos senhores era legitimada pelo estatuto escravista das colônias. Conforme pontua Gilberto Freyre (2003, p.490), um dos teóricos que argumentam a favor de que a miscigenação geraria uma população proeminente³², o sexo realizado entre as pretas e os homens brancos era considerado “vícios de educação”, indissociáveis do regime escravocata, conferindo “(...) a liberdade aos meninos brancos cedo vadiarem, deflorarem negrinhas, emprenharem as escravas”. Majoritariamente, a relação sexual era imposta às pretas em troca de acomodação e alimentação, e se caso, houvesse recusa pela própria, haveria outros tipos de violências, e se ocorresse a gravidez desta mulher, o filho de ambos seria relegado, sobretudo no Brasil, podendo em momento algum ser considerado membro da família patriarcal. Ademais, elas eram submetidas a uma vida sexual dupla, havendo relações tanto com os senhores quanto com os escravos, pois defendiam que o sexo aumentava significativamente a produtividade dos homens negros.

Fotografia 8: Papf, Jorge Henrique. Retrato de babá brincando com criança de 1899



Fonte: Coleção George Ermakoff

³² Segundo o autor Gilberto Freyre, as relações raciais que provocaram a miscigenação eram exitosamente harmônicas, concebendo algo único para o Brasil, e se distanciando de conflitos raciais existentes principalmente nos Estados Unidos. Porém, apesar da defesa a multicoloridade parecer ser uma teoria antirracista, este pensando desencadeou no “mito da democracia racial”, pelo qual há a falsa ilusão de que não há racismo no Brasil.

A redução de um sujeito à condição de objeto, e a coisificação do corpo feminino negro está evidente a partir da análise da **Fotografia 8**, no qual uma mulher se ajoelha para uma criança se sobrepor em suas costas, uma prática comum, pois os senhores brancos e sua família consideravam as escravas como seres irracionais, e eram personificadas como animais de fazendas: “São as máquinas de amamentar na sua última expressão. Representa uma conquista do gênio do homem, se não fossem uma prova da inferioridade da espécie. A cabra substitui o biberon, a negra substitui a cabra, só a branca substitui a mãe. (ASSUMPÇÃO, 1881, p 48-49). Deste modo, indivíduos subalternos são: “(...) reduzidos à condição de coisa, sujeito ao poder e domínio ou propriedade de um outro, é havido por morto, privado de todos direitos, e não tem representação alguma” (MALHEIRO, 1866, p. 16). Apesar de muitas nutrizes, possivelmente não terem ido ao estúdio mediante sua escolha, esta mulher não se intimidou ao olhar do fotógrafo, e conseguiu, de certo modo, nos entregar sua contribuição pessoal: um olhar profundo, almejando revelar sua história. Embora esteja com roupas de luxo e jóias em seus braços, não foi possível encobrir a sua condição humilhante. Naquele momento, apesar de não possuir voz, como qualquer outro subalterno/escravo, esta mulher com um olhar malcontente consegue atuar na construção da sua própria representação.

Fotografia 9: Negra com uma criança branca nas costas, Bahia, 1870



Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles

Inicialmente as amas eram destinadas apenas a cuidar das crianças de seus donos, vigiando-as e entretendo-as, mas após alguns anos, esta função se expandiu para o aleitamento,

além de dar banho, e vesti-las, e indubitavelmente estas mulheres eram forçadas a realizar outras atividades que fugiam deste escopo. A amamentação cruzada era um meio de sobrevivência para muitas mulheres pretas pobres, principalmente na África e no Brasil. Sendo assim, em alguns casos muitas jovens de 11 a 15 anos eram negociadas para assumir tal incumbência, estas meninas, conforme observa-se na **Fotografia 9**, eram privadas da infância plena, perdendo significativamente o desenvolvimento cognitivo, social e emocional decorrentes na infância e na adolescência, e que conseqüentemente impactam diretamente na vida adulta, gerando danos irreversíveis e perpetuando o ciclo de alienação e pobreza entre os pretos desfavorecidos economicamente e socialmente. Apesar de serem consideradas “muito jovens”, isto não era um impeditivo para as escravas se tornarem amas secas, e mais tarde amas de leite, isto é, ao ser qualificada como uma boa cativa, a pouca idade não minimizava seu valor no comércio humano nos países coloniais. Por serem mais novas era possível moldar a mentalidade e o comportamento com mais facilidade, e após se tornaram mães, seja por meio das relações com escravos ou com os próprios senhores, estas estariam prontas para exercer a função das amas de leite.

Fotografia 10: Barbosa, Fernando Simões. Ama de leite. Recife, 1884



Fonte: Carta de visita de Eugênio & Maurício.

Em referência a **Fotografia 10**, a ama foi colocada a posar ereta sentada em uma cadeira sofisticada, vestida elegantemente com roupas claras e adornos preciosos tipicamente à moda européia, com os cabelos arrumados, e deixando-se fotografar juntamente com um bebê branco

que está sendo carregado por suas mãos graúdas. O cenário é simples para que o foco do observador não tivesse desvio do que importava, no caso, o bebê e a mãe preta, sendo ambos retratados de um modo positivo, transmitindo a ideia de afeto e harmonia. Em seu semblante, há traços leves de tristura, porém, para ser ama-de leite e ser fotografada com o filho dos patronos, esta teria que ter um bom comportamento, ao contrário, poderia ser despedida, conforme a Resolução de 1886:

“Artigo 21 - A ama de leite poderá ser despedida, (...)quando tiver vícios que possam prejudicar a criança, ou quando tiver falta de leite, ou for este de má qualidade; ou ainda quando não tratar com zelo e carinho a criança, ou finalmente quando fizer esta ingerir substancias nocivas à saúde.
Artigo 22 São deveres do criado :
 § 1º - Obedecer com boa vontade e diligencia ao seu patrão, em tudo que não seja ilícito ou con ou contrario ao seu contracto ;
 § 2º - Zelar dos interesses do patrão e evitar, podendo, qualquer damno a que esteja exposto.” (SÃO PAULO, 1886)³³

Estas mulheres deveriam possuir valores (conforme os padrões europeus educacionais), boa conduta, e excelente equilíbrio emocional, pois alegavam que eram responsáveis por transferir influências, sentimentos e afeição pelo leite. “(...) negras africanas estúpidas, cheias de vícios, sem carinhos, e etc, faz com que as crianças facilmente adquiram esses vícios, tornam-se impertinentes, etc”. A referência ao bom comportamento das amas remete à ideia contida em “*Vigiar e Punir*” de Michel Foucault (2013), de que não se proíbe algo que não se pratica, sendo assim, a reiteração discursiva fomenta que os atos de resistência deveriam ser constantes, e assim exigiam uma maior ratificação sobre seu comportamento. As nutrizes deveriam ser leais e obedientes frente à organização familiar a que se designava, as desobedientes e resistentes às ordens impostas eram torturadas e as cicatrizes eram expostas para demarcar corpos indomáveis:

“São sinais que, realçados nos avisos, funcionam de forma ambivalente: anunciam a prática corriqueira da violência, a coação à norma escravocrata, e divulgam gestos de transgressão a ela; são imagens que funcionam para coibir as práticas ‘condenáveis’ de fuga, ao exibirem exemplarmente a perseguição, mas também dão a ler um espaço de possibilidades de se viver às margens daquela ordem”(CARNEIRO, 2007, p. 124)

As escravas retratadas eram classificadas como “boas amas”, e teriam completado inúmeros pré-requisitos para conseguir uma foto com as crianças, “participando” do álbum da

³³Resolução N° 62, de 21 de Abril de 1886. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1886/resolucao-62-21.04.1886.html> Acesso em: 2 de dezembro de 2020.

família, e, também, “superando” as expectativas dos seus senhores, conquistando, deste modo, alguma confiança por parte destes. Para muitos, aquele tipo de fotografia também poderia simbolizar mais um modismo a se copiar, ou seja, mais um modo de representação da família patriarcal, ou apenas um modo para conseguir uma fotografia das crianças que ficavam inquietas próximo aos seus pais, e se sentiam confortáveis nos aconchegos dessas que lhe eram mais íntima, as amas de leite. Entretanto, muitas mães pretas conseguiram driblar a harmonia objetivada naquelas fotos, e nos deram uma colaboração própria na construção daquela imagem, que também era seu retrato, a partir das estratégias que possuíam, e cabe a nós decodificar e interpretar, e intrincar estes indícios, para que haja uma ruptura da posição das mulheres pretas na divisão social do trabalho e em outras esferas na contemporaneidade. (KOUTSOUKOS, 2006)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Têm que se reconhecer para se libertar. O uso das representações das amas de leite foi empregado com o intuito de elucidar discursos, identidades e ideologias neutralizadas na sociedade, a fim de desconstruir e desmistificar signos provenientes do patriarcado que promovem o racismo, misoginia, exploração e violências em distintos espaços. Como foi visto, as amas faziam figuração nos retratos dos senhores conduzindo uma idealização de afeto existente entre elas e as famílias proprietárias. A maioria das mulheres foram caracterizadas à moda europeia, numa tentativa de maquiagem a realidade e transmitir a ideia de “civilidade” para a metrópole portuguesa, além disso, a ocultação do real por meio das fotografias e as mudanças nos modos de conduta no cotidiano, era uma forma destas mulheres serem aceitas e sobreviverem numa sociedade branca, racista e sexista, sendo necessário, portanto, renunciar suas raízes africanas. Porém, as escravas – em maior ou menor grau - utilizavam das estratégias que dispunham para nos oferecer uma contribuição pessoal nas fotografias, sendo apresentadas de uma forma não passiva, e assim participando da construção daquele retrato, pelo qual também a demonstra.

A fotografia promove consequências políticas, sociais e culturais importantes na existência dos indivíduos, impactando e legitimando a produção de significados aos sujeitos ou coletivos na sociedade. Mas a representação iconográfica, apesar das suas origens, poderá ser integralmente descolonizada? Primeiramente, é necessário refletir acerca das noções de “ver” do Ocidente, desconstruindo velhas dicotomias e reconfigurando formas de pensar, ser, observar e saber, estimulando e revelando a importância do multiculturalismo, e este podendo

ser fomentando a partir de políticas públicas reparatórias que garanta a inclusão dos subalternos no cenário internacional. E extinguindo modos ríscos de enxergar as pessoas.

Torna-se fundamental analisar e interrogar o discurso imagético sobre os sentidos e significados daquelas fotos – e de outras –, a sua circulação, os sujeitos retratados, e o fotógrafo escolhido pelas famílias, ou a elas imposta. Para assim, questionar as epistemologias acerca dos indivíduos pretos, e refletir acerca dos espaços, representações e existências sociais construídas em diferentes âmbitos, para consequentemente problematizar sobre a perspectiva histórica e contemporânea das colônias portuguesas, e refletir sobre os significados arquitetados historicamente, e que contribuem até a atualidade para naturalizar um processo conflituoso que em nenhum momento foi superado.

A representação é parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido e intercambiado entre os membros de uma cultura. Ou, de forma mais sucinta, [...] representar é produzir significados através da linguagem. Descrever ou retratar, junto a simbolizar e significar (SANTI & SANTI, 2008, p. 4).

Posto isto, é importante identificar as iconografias e as teorias das relações internacionais e sociais como representações, em sua historicidade, com o objetivo de aprender e desconstruir determinadas correntes de pensamentos racistas que influenciaram na formulação da Política Internacional, pelo qual privilegia uns em detrimento de outros, e que estabelece uma concepção pejorativa do povo preto. Para efetivar a desnaturalização da noção de subalternidade existentes em discursos sociais, é necessário que estes sujeitos obtenham inserção e ascensão social, e sejam alvos de políticas públicas que visem a inclusão e a diversidade em diversos setores, para que estes indivíduos consigam produzir seus próprios significados quanto à formulação da Política Internacional, e consigam ter voz às suas reivindicações no Sistema Internacional, e não apenas ser representados por aqueles que não os reconhecem.

A extinção da colonialidade do poder/saber é imprescindível e urgente, iniciando pela descolonização epistemológica para alavancar uma produção de conhecimento mais representativa baseada em outras racionalidades que busquem a inclusão com base na universalidade, e assim fomentar estudos, propostas e argumentações críticas decoloniais tanto nas sociedades periféricas quanto nos centros. Deste modo, é possível que as relações interculturais sejam libertas do padrão global de poder, proporcionando a libertação social de todos os sujeitos, extinguindo assim as desigualdades e redes de dominação. Porém, para isto é necessário que haja um diálogo horizontal entre o Sul e o Norte global para viabilizar uma transformação nas estruturas de poder, na qual propicie uma relação mais igualitária entre os povos e culturas (QUIJANO, 1992).

Por fim, concluímos com uma frase de Fanon: “a descolonização é sempre um fenômeno violento” (FANON, 1980, p. 25). Para o autor, a descolonização é caracterizada por ser violenta, porque a forma como os colonizadores se instituíram sobre os nativos foi hostil, devido à exploração do seu trabalho, seus recursos e as suas terras. Sendo assim, a descolonização é uma violência que deve ser retribuída. Entretanto, não é qualquer tipo de violência, mas sim, uma violência coletiva, coordenada, e revolucionária, com o propósito de expulsar os invasores e todas suas ideologias impostas no sistema que perpetuam as relações de desigualdades, e assim conquistar a almejada e merecida emancipação dos povos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRE, Valentim. A questão colonial no Portugal Oitocentista. In: Serrão Joel Marques, A. H. de Oliveira (dir.) **Nova História da Expansão Portuguesa, vol X, O Império Africano (1825-1890)** Lisboa: Editorial Estampa, 1998
- AMIN, Samir. **L'eurocentrisme: critique d'une idéologie**. Paris: Anthropos Economica, 1988.
- CÉSAIRE, AIMÉ. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978
- BAHRI, Deepika. **Feminismo e/no pós-colonialismo.**, Florianópolis: Rev. Estud. Fem. 2013. 659-688 p. v. 21
- BENEDICT, Ruth. **Raza: ciencia y política**. México, Fondo de Cultura Econômica, 1941. 26 p.
- BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.
- BHABHA, Homi K. The location of culture. London: Routledge, 1994
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção: Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1974. 269-294 p.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.
- _____. **Photography: A Middle-Brow Art**. Stanford: Stanford Univ. Press. 1990.
- CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. **Procura-se "Preta, Com Muito Bom Leite, Prendada e Carinhosa": Uma Cartografia das Amas-de-Leite na Sociedade Carioca (1850-1888)**. Tese (Doutorado) Brasília: Curso de História, Universidade de Brasília, 2006.
- _____. **Fotografias replicantes: imagens de mães pretas em 24 quadros**. In: XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017, Brasília DF. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia. Brasília DF: Anpuh / EdUnB, 2017.
- CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2012. 20-55 p.

FANON, Frantz. **Em defesa da Revolução Africana**. 1ª edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

FERREIRA, Aurélio. **Novo Aurélio XXI**: o dicionário da Língua Portuguesa. 3 ed. Totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 41ª edição. Petrópolis: Vozes, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal. São Paulo: Global, 2005.

GROSFOGUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais**: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010. 455-491 p.

HALL, Stuart. **Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Apicuri, 2016.

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. 3a ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

_____. **Fotografia & história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **No Estúdio do Fotógrafo: Representação e autorepresentação de negros livres, forros e escravos no Brasil da segunda metade do século XIX**. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Multimeios, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006.

LAW, Robin, SCHWARZ, Suzanne, STRICKRODT, Silke. **Commercial Agriculture, the Slave Trade, and Slavery in Atlantic Africa**. Woodbridge. United Kingdom: James Currey, 2013

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico, jurídico, social. 3ª edição. 2 v. Petrópolis/Brasília: Vozes/INL, 1976. 266 p.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 2

MATA, Inocência. **Transformou-se o narrador em coisa amada? João Melo e a irreverência da contação.** In: Laços de memória & outros ensaios sobre literatura angolana. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 2006.

MAUAD, Ana Maria. **Através da Imagem:** Fotografia e História Interfaces. Rio de Janeiro: Tempo, 1996. 73-98 p.

MENDONÇA, JOSÉ LUÍS. **Quero acordar a alva.** Luanda: INALD, 1997

MENEZES de Souza, Lynn Mário T. **Re-membrando o corpo desmembrado:** a representação do sujeito pós colonial na teoria. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996

MIGNOLO, Walter. **Local Histories/Global Designs:** Essays on the Coloniality of Power, Subaltern Knowledges and Border Thinking. Princeton: Princeton University Press, 2000.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais:** Correntes e Debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005

ORLANDI, Eni. **A análise de discurso e seus entremeios:** notas sobre a sua história no Brasil. Campinas: Cadernos de Estudos Linguísticos, n. 42, 2002. 21- 40 p.

POLAR, Cornejo. **O condor voa. Literatura e Cultura Latino-Americanas.** VALDÉS, Mario, coord. Trad. Ilka Valle de Carvalho. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

PORTUGAL. Agência Geral das Colónias, Vol. V - 54, 1929, 220 pags. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=BGC/BGC-N054&p=149> Acesso em: 3 de dezembro de 2020.

PRÉVOST, CLAUDE. **Literatura, política, ideologia.** Lisboa: Moraes Editores, 1976. 171-172 p.

QUIJANO, Aníbal. **"Colonialidad y Modernidad-racionalidad"**. In: BONILLO, Heraclio (comp.). Los conquistados. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992. 437- 449 p.

_____. **Raza, Etnia y Nación¹ en Mariátegui:** Cuestiones Abiertas", in Roland Morgues (org.), José Carlos Mariátegui y Europa: El Otro Aspecto del Descubrimiento. Lima, Perú: Empresa Editora Amauta S.A., 1993. 167–187 p.

_____. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org), Buenos Aires: Colección Sur Sur, 2005. 227-278 p.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular. 2013. 3 v.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

SANTI, Heloíse Chierentin; SANTI, Vilso Junior Chierentin. **Stuart Hall e o trabalho das representações**. São Paulo: Anagrama, 2008. 1-12 p. v. 1

SARDENBERG, C. M. B. **A violência simbólica de gênero e a lei “antibaixaria” na Bahia**. Bahia: OBSERVE: NEIM/UFBA, 2011

SCHWARCZ, Lília Moritz. **As Teorias Raciais, Uma Construção Histórica de Finais do Século XIX: O Contexto Brasileiro**. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Org.). *Raça e Diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996. 147-186 p.

SOIHET, Rachel. **Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica?** In: *Estudos de Sociologia*, Araraquara, 2008. 191-207 p. v.13

SONTAG, Susan. **The art of revolution: 96 Posters from Cuba**. London: Pall Mall Press London Limited, 1970.

SPIVAK, Gayatri C. **Can the subaltern speak?** In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (eds.). *Marxism and the interpretation of culture*. Chicago: Chicago Press, 1988. 271-313 p.

SZARKOWSKI, J. *The Photographer's Eye: A Way of Seeing*. New York: Museum of Modern Art, 2007

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América. A Questão do Outro**. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. 2ª ed, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VILHENA, Luiz dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Apresentação de Edson Carneiro, notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Editora Itapuã, 1969. v.3

ZAMPARONI, Valdemir. **De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo**. Moçambique: Edufba, 2007.

LEIS E DECRETOS

BRASIL, Lei nº 3.249, 7 de novembro de 1831. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html Acesso em: 25 de novembro de 2020

BRASIL. Lei nº3.353, de 13 de maio de 1888. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm Acesso em: 12 de janeiro de 2021.

PORTUGAL, Decreto de 9 de novembro de 1899. Regulamento do Trabalho Indígena. Diário do Governo n. 262, de 18 de novembro de 1899, p. 647-653. Ver Regulamento do Trabalho Indígena.

PORTUGAL, Estatuto Político, Civil, Criminal dos Indígenas. Decreto n.º 16.473, de 6 de fevereiro de 1929. In: Ministério das Colónias. Lisboa: Imprensa Nacional, 1929.

SÃO PAULO, Resolução Nº 62, de 21 de Abril de 1886. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1886/resolucao-62-21.04.1886.html> Acesso em: 2 de dezembro de 2020.

IMAGENS E FOTOGRAFIAS

ERMAKOFF, GEORGE. **Ama**. Coleção Aparecido Jannir Salatini. Bahia, 1880

CARDOZO, ANTÔNIO DA LOPES. **Maria Rita da C. Pinto com a ama-de-leite**. Retrato Benvinda, Estúdio de Antonio da Silva Lopes Cardozo, Arquivo Nacional. Brasil, 1881.

HURAMBO, VICARIATO. **Dois irmãos de leite**. Angola, 1912.

KELLER, EUGEN. **Ama de leite com o menino**. Coleção Geroge Ermakoff. Pernambuco, 1874.

RODRIGUES, BONOW MARTA. **Anúncios de venda e compra de amas de leite, 1876 e 1877**. Jornal do Commercio, n. 180, terça-feira, 7 de agosto de 1877. p. 2 e Jornal Diário de Pelotas, n. 165, quarta-feira, 26 de julho de 1876. p. 3

Retrato de criança no colo da ama de leite. Coleção particular de Dilia e Anil Samarth. Moçambique, 1912

Ama de leite e a criança, Fonte: Fundação Joaquim Nabuco. Luanda, 1912

PAPF, JORGE HENRIQUE. **Retrato de Babá Brincando com Criança**. Coleção George Ermakoff, 1899

Negra com uma criança branca nas costas, Bahia. Acervo Instituto Moreira Salles, 1870

BARBOSA, FERNANDO SIMÕES. **Ama de leite**. Carta de visita de Eugênio & Maurício. Recife, 1889.